

INFÂNCIA INDÍGENA...PARA SABER

Melissa Santana de Oliveira, doutoranda em Antropologia Social, PPGAS/UFSC, defendeu o mestrado, em 2004, com *Kyringué y kuery Guarani: infância, educação e religião entre os Guarani de M'Biguaçu*. Entre 2005 e 2010 fez parte do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental, desenvolvendo projetos e pesquisas nas áreas de educação e manejo ambiental junto às etnias tukano, desana e tuyuka (família linguística Tukano Oriental).

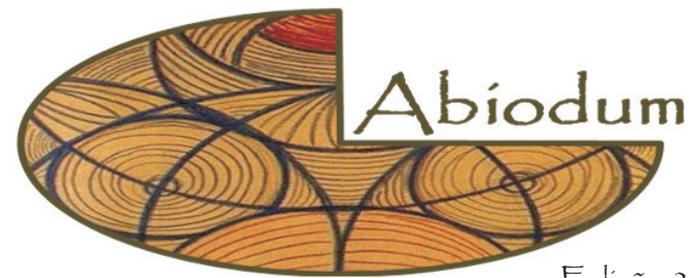
Pelo NEPI (Núcleo de Estudos sobre Povos Indígenas), pesquisa no doutorado 'Construindo corpos, manejando transformações: a pessoa tukano na contemporaneidade' foca na noção de pessoa e circulação de conhecimentos entre os Tukano do rio Tiquié, Terra Indígena Alto Rio negro, Amazonas.

Contato: Melissa Santana de Oliveira <melzita.oliveira@gmail.com>

Clarissa Rocha de Melo, defendeu seu mestrado em Antropologia Social pela UFSC, em 2008. Tem experiência na área de Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Povos indígenas Guarani, Kaiowá; Infância e Educação Indígena e Organização Social e Política Indígena. Atua em Consultoria Antropológica, estudos de identificação de Terras Indígenas e pesquisa. Como parte do NEPI (Núcleo de Estudos sobre Povos Indígenas), atualmente desenvolve sua tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação/UFSC.

Contato: Clarissa melo <clarissarmelo@yahoo.com.br>

Obs: Ambas são orientandas de Antonella Tassinari no PPGAS/CFH/UFSC.



Edição 2 Outubro/11

Chega até vocês a segunda edição do **Abiodum**, e para tod@s leitor@s, lembramos que significa "unidos em tempo de guerra". Nesta edição, a educação dos povos indígenas no Brasil, que do norte ao sul abarca uma delicada articulação político-cultural, em que os processos nativos e os escolares tantas vezes se encontram. Em uma sociedade ocidental, capitalista, pensar, pois a educação de grupos diversos em sua história, impõe atenção para as suas bases epistemológicas, filosóficas e políticas. Para referenciar a educação das relações étnico-raciais, trazemos em destaque a professora guarani, Joana Mongelo, de Santa Catarina, que atua na escola do Morro dos Cavalos em Palhoça, como a professora Sílvia Maria de Oliveira, educadora que atua há três décadas com educação indígena no Brasil.

Ainda, destacamos duas pesquisadoras do Núcleo de Estudos das Populações Indígenas (NEPI/UFSC), indicamos o filme "Terra vermelha" (Brasil, 2008) sobre a luta de guaranis kaiowá pela terra. Abraços e vamos à segunda edição!!!

Contribuições e sugestões para **Abiodum** podem ser feitas pelo site do PET Pedagogia www.ced.ufsc.br/petpedagogia, pelo email (petpedagogia07@gmail.com) ou pelo blog (ererpetspedagogia.blogspot.com)

ENTREVISTA



A Msc. Sílvia Maria de Oliveira, coordenadora Pedagógica da Licenciatura Indígena na UFSC/2011 destaca aspectos nucleares para pensar-se educação indígena.

EDUCANDO NA ESCOLA

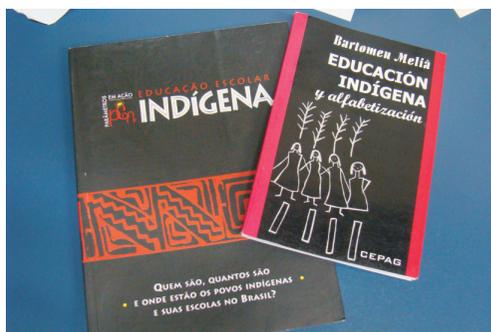


A educadora guarani Joana Mongelo, Mestranda em educação no PPGE/UFSC realça aspectos de sua intervenção político-cultural

Educação escolar indígena no Morro dos Cavalos, em Palhoça/SC

Compartilhando a educação de crianças e jovens guaranis no território denominado Morro dos Cavalos em Palhoça/SC, a professora Joana Mongelo nos conta sua experiência no ensino. Ela defende que a educação bilíngüe deve ser o meio para o desenvolvimento das crianças guaranis, pois é assim que promove a apropriação dos saberes e experiências herdadas de outras gerações. Para ela, o respeito sócio-cultural com as crianças deve se manifestar, por exemplo, no ritmo das atividades que devem contemplar o espaçamento de tempo de calendário e ao mesmo tempo de manejo da presença das crianças nas atividades em si. Uma referência central é o trabalho com a memória coletiva, trazida pelos mais velhos - os avós, Xe ramoî e Xe jaryi - com a qual se combinam os referenciais curriculares produzidos pelo MEC, a partir dos compromissos com a especificidade da educação indígena.

Ainda, realça que todos os registros linguísticos que eles produzem são materiais que serão usados por outros guaranis, portanto são muito importantes para a construção dos conhecimentos novos e herdados.



Trabalhos de recortar e colar de modo a desenvolver um vocabulário de coisas já existentes em nosso próprio repertório (guarani), sempre numa combinação de escrita em guarani e em português, e da criação de um novo vocabulário, como por exemplo criar um nome para um objeto musical como o pandeiro, que recebeu uma nomeação referenciada por um “objeto de se bater/tocar” (...)

Educadora Sílvia Maria de Oliveira

1. Quais suas referências para pensar a educação indígena no Brasil?

Para começo de conversa, é importante fazermos uma distinção entre educação indígena, ou seja, os modos próprios de transmissão de conhecimentos, valores e práticas sociais que acontecem no âmbito das comunidades indígenas, e educação escolar indígena, que vem a ser a apropriação e ressignificação do aparato escolar pelos diferentes povos indígenas. Costumamos dizer que a educação escolar indígena tem como características: a diferenciação, a especificidade, a interculturalidade, a participação comunitária e o bilinguismo (ou multilinguismo). Cada uma delas demanda reflexões e ações que se tornam verdadeiros desafios para o gestor educacional.

2. Com sua trajetória desde os anos 1980 na educação indígena no Brasil, quais as condições defende, para práticas efetivamente democráticas nesta área?

Precisamos buscar diminuir nossa ignorância etnocêntrica e cultivar o respeito efetivo à diversidade dos povos indígenas, com o consequente reconhecimento de cosmologias, ciências, tecnologias e artes próprias, sempre plurais; também combater nossas ações discriminadoras e preconceituosas, observando criticamente nossa racionalidade dualista e fragmentada de ver o mundo.

3. Quem são os agentes mais efetivos pela educação indígena crítica na atualidade?

Por força de intensa pressão dos movimentos indígenas e seus aliados, com repercussões favoráveis na Constituição Federal de 1988, existe certa disposição da sociedade brasileira em reparar a violência física e ideológica a que, historicamente, os povos indígenas têm sido submetidos. A partir daí, há inúmeros dispositivos legais, bem como programas governamentais, especialmente, em nível federal, que reconhecem a condição de vulnerabilidade destas populações e explicitam a diferença, possibilitando, desse modo, minimizar a desigualdade. No entanto, não nos iludamos, pois ainda há muita luta pela frente!